

CPI da Íris aprova relatório final e aponta irregularidades em coletas

Documento conclui investigação sobre escaneamento de íris e levanta falhas

Lucas Bassi | REDE CÂMARA SP

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Íris realizou, nesta terça-feira (7), sua última reunião, marcada pela apresentação e votação do relatório final. O documento, elaborado pela vereadora Ely Teruel (MDB), foi aprovado por unanimidade pelos sete integrantes do colegiado, encerrando oficialmente os trabalhos iniciados em maio de 2025.

Ao longo de 23 encontros, a comissão investigou a atuação da empresa Tools for Humanity, responsável pelo projeto World ID. A iniciativa oferecia compensações financeiras a cidadãos paulistanos em troca do escaneamento da íris, com o objetivo de criar identidades digitais. Durante o período, foram ouvidos participantes do projeto, representantes da empresa, prestadores de serviço, além de autoridades como integrantes da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Com 161 páginas, o relatório final reúne informações colhidas em depoimentos e documentos analisados pela CPI. O texto aponta que a apuração resultou em um conjunto consistente de evidências técnicas e jurídicas. Entre as conclusões, destaca-se a avaliação de que houve falhas no processo de consentimento dos participantes, considerado um dos principais problemas identificados.

Segundo a relatoria, embora o avanço tecnológico e as soluções de identificação digital sejam vistos como tendências inevitáveis,



Documento foi elaborado pela vereadora Ely Teruel (MDB)

a implementação desses recursos deve respeitar limites legais e princípios fundamentais. O relatório sustenta que o modelo adotado pela empresa apresentou inconsistências com a legislação brasileira, especialmente no que diz respeito à proteção de dados sensíveis.

Outro ponto destacado é a abordagem feita aos cidadãos, que, conforme a análise da comissão, não receberam informações suficientes sobre os riscos associados ao fornecimento de dados biométricos. A investigação também indica que o funcionamento

do projeto envolvia interesses econômicos não plenamente esclarecidos aos participantes.

A presidente da CPI, vereadora Janaina Paschoal (PP), ressaltou que o relatório reúne indícios de descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Entre os aspectos citados estão a coleta de dados sem transparência adequada e possíveis falhas na obtenção de autorização válida por parte dos usuários. O documento também menciona potenciais irregularidades nas relações de consumo, como omissão de informações

relevantes, publicidade considerada enganosa e indução ao erro.

Ainda de acordo com as conclusões apresentadas, a investigação identificou possíveis infrações administrativas e penais previstas na legislação brasileira. Entre os pontos analisados estão a ausência de documentação adequada em determinadas etapas do processo, a terceirização de atividades e a responsabilidade das empresas envolvidas na operação.

Os parlamentares também destacaram inconsistências em depoimentos e informações apresen-

tadas ao longo da apuração, o que, segundo a comissão, pode indicar intenção de induzir o público a interpretações equivocadas. Houve ainda preocupação com a possibilidade de retomada das atividades da empresa no país sem a devida adequação às normas vigentes.

O vice-presidente da CPI, vereador Gilberto Nascimento (PL), afirmou que a investigação evidenciou fragilidades no compromisso da empresa com a proteção de dados dos participantes. Segundo ele, o projeto demonstrou falhas na garantia de segurança digital e no cumprimento das exigências regulatórias brasileiras.

Além disso, o relatório aponta questionamentos sobre a utilização de moeda própria vinculada ao projeto, o que levanta dúvidas sobre possíveis impactos no sistema financeiro e na regulação dessas operações no país.

Com o encerramento dos trabalhos, o documento final será encaminhado aos órgãos competentes para análise das medidas cabíveis. A expectativa é que as conclusões da CPI contribuam para o aprimoramento da regulação sobre o uso de dados biométricos e para o fortalecimento das políticas de proteção de dados pessoais no Brasil.

Participaram da comissão, além da presidente e do vice-presidente, a relatora Ely Teruel (MDB) e os vereadores João Ananias (PT), Kenji Ito (PODE), Sansão Pereira (Republicanos) e Silvano Leite (União).

CPI das Habitações Sociais pode indiciar construtora

Douglas Ferreira / REDE CÂMARA SP

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Habitação de Interesse Social (HIS) realizou, nesta terça-feira (7), o depoimento de Yorki Oswaldo Estefan, representante da Conx Empreendimentos Imobiliários Ltda. O empresário também preside o sindicato da construção civil no estado e compareceu após convocações não atendidas.

Durante a oitiva, Estefan apresentou dados sobre a atuação da empresa, que possui mais de três décadas no setor. Segundo ele, foram desenvolvidos 175 projetos, incluindo 30 voltados à HIS, com milhares de unidades comercializadas. Parte dos imóveis foi destinada ao mercado habitacional popular.

O depoente afirmou que a maior parte das unidades foi adquirida por famílias interessadas na casa própria, embora também tenham ocorrido vendas para investidores, especialmente em



Relator deve enviar informações ao Ministério Público

áreas mais centrais. Ele destacou que essas operações seguiram regras contratuais estabelecidas.

Ao longo da sessão, o presidente da CPI apresentou documentação indicando possível comercialização de unidade fora dos limites previstos na legislação. O

caso foi questionado e deverá ser analisado pela empresa.

O relator da comissão informou que pretende solicitar o indiciamento da construtora, com envio das informações ao Ministério Público para aprofundamento das investigações.

Comissão de Inquérito do Jockey amplia pressão e aprova novas convocações

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura questões relacionadas ao Jockey Club de SP realizou, nesta terça-feira (7), nova reunião para deliberar sobre requerimentos e encaminhamentos da investigação. O foco dos trabalhos envolve a análise da situação fiscal e imobiliária da entidade, além da condução de dívidas tributárias, negociações de potencial construtivo e a atuação de órgãos públicos no caso.

O depoimento de um dos representantes do setor da construção, previsto para a sessão, não ocorreu em razão de ausência justificada por viagem internacional. Diante disso, os vereadores decidiram reforçar medidas para garantir a participação de convocados.

Entre os requerimentos aprovados está a convocação de autoridades municipais, incluindo o responsável pela área de Cultura e Economia Criativa, o titular da

subprefeitura do Butantã e o dirigente do órgão de preservação do patrimônio histórico da cidade. Também foram incluídos representantes de empresas ligadas a empreendimentos imobiliários e serviços de arquitetura, além da renovação do chamado para o empresário que não compareceu.

A comissão aprovou ação judicial para obtenção de documentos junto a órgãos municipais, após ausência de respostas a pedidos formais. Paralelamente, foram solicitadas informações a cartórios de registro de imóveis para verificar a situação jurídica das áreas vinculadas ao Jockey Club.

A CPI informou que haverá reunião com a área de segurança pública na próxima semana, quando serão apresentados dados já coletados, incluindo movimentações financeiras. Parlamentares defenderam maior rigor no cumprimento das convocações.